



ATA N.º 1/2017

DA 1.ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE FEVEREIRO DE 2017  
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS,  
REALIZADA A 21 DE FEVEREIRO DE 2017

-----No dia 21 de fevereiro de 2017, no Complexo Desportivo e Cultural de Odiáxere, reuniram-se em Sessão Ordinária de fevereiro, convocada ao abrigo do n.º 1 do Artigo 27.º, e na alínea b) do n.º 1 do Artigo 30.º, do Anexo I do Regime Jurídico das Autarquias Locais e do Regimento em vigor, os Membros da Assembleia Municipal de Lagos, com a seguinte **ORDEM DO DIA**:

- **PONTO 1 - Assuntos respeitantes à Freguesia de Odiáxere;**
- **PONTO 2 - Apreciação e votação da proposta referente a aditamento aos Acordos de Execução celebrados entre o Município de Lagos e as Freguesias do Concelho;**
- **PONTO 3 - Informação escrita da Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade do Município;**
- **PONTO 4 - Apreciação e votação da emissão de autorização prévia referente ao Concurso Público para o fornecimento de refeições e lanches para as escolas EB 1 e Jardins de Infância – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso;**
- **PONTO 5 - Dia Internacional da Mulher, 8 de março. ONU: “Agenda 50-50, até 2030”. Tema da ONU Mulheres para 2017;**
- **PONTO 6 - Apreciação dos Relatórios das Comissões Especializadas, referentes ao ano de 2016.**

-----**ABERTURA DA SESSÃO:** Tendo sido constituída a Mesa com todos os seus Membros presentes, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), verificada a existência de quórum, deu início à presente Sessão, quando eram 20 horas e 45 minutos, verificando-se as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO
PS	Carlos Manuel Martins da Saúde Fernandes (Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos)
PS	Carlos Manuel Pereira Fonseca (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)
PS	Eduardo Manuel de Sousa Andrade
PS	João Henrique Pereira
PS	João Luís da Silva Gomes
PS	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto
PS	Paulo José Dias Morgado (Presidente)



Fl. 1v.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**  
**DE**  
**LAGOS**

PS	Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo
PS	Vítor Manuel Morais Mata (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)
PSD	Adélia Maria de Almeida Rodrigues Fuzeta
PSD	Fernando Manuel Cristino Marreiro
PSD	Fernando Ramos Bernardo (1.º Secretário)
PSD	Joaquim José Furtado Marreiros Azevedo
PSD	Rui Filipe Machado de Araújo
LCF	Ana Margarida P. A. Bento e Barros Martins (2.ª Secretária)
LCF	Carlos Francisco Graça da Glória
LCF	José Manuel da Silva Jácome
CDU	Alexandre Afonso Marques Ribeiro Nunes
CDU	Ana Paula Pereira Viana
CDU	José Manuel da Glória Freire de Oliveira
INDEPENDENTE	José Alberto Baptista
BE	José Manuel Maia dos Santos

-----**SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**

<b>GRUPO MUNICIPAL</b>	<b>NOME DO MEMBRO</b>	<b>PERÍODO SUBSTITUIÇÃO</b>	<b>SUBSTITUTO</b>
PS	António Marreiros Gonçalves	Sessão Ordinária de fevereiro	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato
PSD	José Valentim Rosado	Sessão Ordinária de fevereiro	Joaquim José Furtado Marreiros Azevedo
LCF	Jorge Manuel Fernandes Ferreira	1 dia	Cristina Luísa Dias Marreiros
LCF	Cristina Luísa Dias Marreiros	1 dia	José Manuel da Silva Jácome
CDU	Celso Jorge Pereira da Luz Alves Costa	Sessão Ordinária de fevereiro	Maria Brites Quintino da Silva Nunes Dias Alcobia
CDU	Maria Brites Quintino da Silva Nunes Dias Alcobia	Sessão Ordinária de fevereiro	Alexandre Afonso Marques Ribeiro Nunes

-----**ENTRARAM JÁ NO DECURSO DA REUNIÃO**, nos momentos indicados nesta Ata, os seguintes Membros:



GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO
PS	Ana Cristina da Conceição Pereira Olivença
PS	Duarte Nuno Evangelista Lopes Rio (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João)

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), informou o Plenário que o Sr. José Alberto Baptista, ao abrigo do n.º 4 do Artigo 46.º-B, da Lei das Autarquias Locais, comunicou que a partir do dia 7 de janeiro de 2017 deixou de fazer parte do Grupo Municipal TSL, passando a exercer o seu mandato na Assembleia Municipal de Lagos como Independente.-----

-----**MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS QUE ESTIVERAM PRESENTES NA REUNIÃO:**

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Maria Joaquina Baptista Quintans Matos - Presidente
PS	Hugo Miguel M. Henrique Pereira - Vice-Presidente
PS	Maria Fernanda Pires de M. Carvalho Afonso - Vereadora
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis - Vereador
PSD	João António do Rio Rosa Bravo - Vereador
LCF	Luís Manuel da Silva Barroso - Vereador

-----**FALTOU A ESTA REUNIÃO O MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL,** a seguir indicado:

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
CDU	Maria Luísa Miranda Matos Cardoso Teixeira - Vereadora

-----**ENTRADA DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante este expediente, entrou na sala a seguinte Membro da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO	HORA
PS	Ana Cristina da Conceição Pereira Olivença	20.46

-----**PERÍODO DAS INTERVENÇÕES DO PÚBLICO:** A Sra. Maria Encarnação Bárbara, tomou a palavra para informar que o caminho que liga o Odiáxere ao Sargaçal, está uma lástima, colocando em risco quem tem a necessidade de o utilizar. Acrescentou que a zona do Monte Alto é uma onde se pode constatar uma deterioração considerável. Instigou a Câmara Municipal para que, em colaboração com a Junta de Freguesia de Odiáxere, encontrasse uma solução, com o intuito de minimizar os danos causados pela situação descrita.-----

-----**ENTRADA DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta intervenção, entrou na sala o seguinte Membro da Assembleia Municipal:



Fl. 2v.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE  
LAGOS**

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO	HORA
PS	Duarte Nuno Evangelista Lopes Rio (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João)	20.47

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**

-----**LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA:** Foi lida a correspondência recebida, registada sob os números 465/2016 a 63/2017, inclusive.-----

-----Seguiu-se a leitura da correspondência expedida, compreendida entre os números 379/2016 a 28/2017, inclusive.-----

-----O Sr. João Luís Gomes (PS), tendo em consideração o ofício recebido 496-2016, sobre o assunto “Louvor aos Centros de Ciência Viva”, disse que o Grupo Municipal do PS se regozijava por tal Louvor.-----

-----**INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, os seguintes Votos de Pesar:-----

-----Apresentado pelo Grupo Municipal do PS: “Faleceu no passado dia 7 de janeiro de 2017, no Hospital da Cruz Vermelha em Lisboa, o Dr. Mário Soares, figura cimeira da vida pública e política e uma das mais destacadas personalidades da Democracia portuguesa. Lutador pela liberdade, pela democracia e pela plena cidadania, Mário Soares foi herdeiro dos valores republicanos do seu pai e homem de Cultura, tendo convivido com muitas das mais altas figuras nacionais da literatura, das artes e do pensamento, de António Sérgio a Jaime Cortesão, de Agostinho da Silva a Sophia de Mello Breyner Andresen. Militou inicialmente no PCP, foi fundador do MUD Juvenil e participou na campanha de Humberto Delgado, nos auspiciosos tempos que se seguiram à II Guerra Mundial, quando a ténue luz da democracia pareceu surgir por entre o cinzento dum regime autoritário, repressivo e patriarcal, cuja polícia política o levaria ao cárcere por doze vezes (no Aljube, em Caxias e na Penitenciária de Lisboa) e ao exílio em São Tomé e mais tarde em França. Em 19 de abril de 1973, na Alemanha fundou, em conjunto com outros 26 democratas, o Partido Socialista, graças a “uma teimosia virtuosa e pragmatismo sonhador”, nas palavras de António Arnaut, que elaborou a ata fundacional. Derrubado o regime do Estado Novo em 1974, foi, juntamente com outras figuras, um dos que mais contribuiu para a estabilização e consolidação da nossa jovem Democracia. Mário Soares, de forma muito corajosa e interventiva, procurou sempre as vias do progresso, do desenvolvimento económico e social, com uma forte consciência da necessidade de um Estado Social justo, afinal o pensamento que o mobilizou para os grandes combates, ao longo de toda a sua vida política. Foi Ministro em vários Governos provisórios e Primeiro-Ministro nos I, II e IX Governos constitucionais. É o Dr. Mário Soares, então Primeiro-Ministro, que assina o tratado de adesão de Portugal à CEE, a 12 de julho de 1985. De 1986 a 1996, foi Presidente da República Portuguesa, tendo demonstrado, durante esses dois mandatos, toda a sua imensa capacidade de diálogo e de liderança. Foi ainda



Deputado ao Parlamento Europeu e Presidente Honorário da Internacional Socialista, entre muitas outras funções e intervenções em causas da paz e do ambiente, que lhe granjearam o respeito e consideração na cena internacional. Com o falecimento do Dr. Mário Soares, desaparece assim da vida pública portuguesa uma das mais destacadas personalidades da nossa História Contemporânea e uma das referências políticas mais elevadas do panorama nacional e internacional. É na consciência da sua importância na vida nacional e da sua capacidade de luta pela Liberdade, pelos Direitos Sociais e pela Democracia, que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida na primeira Sessão Ordinária posterior à sua morte saúda a memória do Dr. Mário Soares, formulando um voto de profundo pesar pelo seu falecimento. A toda a sua Família, com particular sentimento aos seus filhos Isabel e João Soares, as mais respeitadas e sentidas condolências da Assembleia Municipal de Lagos.”-----

-----Apresentado pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal: “Artur José Pontvianne Homem da Trindade, faleceu, no dia 23 de janeiro de 2017, aos 70 anos de idade. Artur Trindade, foi Presidente da Câmara Municipal de Porto de Mós, entre 1978 e 1985 e Secretário-Geral da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, entre 1986 e 2013. Em sua memória, a Assembleia Municipal de Lagos reunida a 21 de fevereiro de 2017 delibera: 1. Manifestar o seu Voto de Pesar pelo falecimento de Artur Trindade. 2. Expressar as suas sentidas condolências à família.”-----

-----Apresentado pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal: “Martim Afonso Pacheco Gracias, faleceu, no dia 20 de fevereiro de 2017, aos 82 anos de idade. Nascido em Lagos, a 27 de março de 1934, Martim Gracias, foi residir para Portimão em 1962, para onde foi desempenhar as funções de professor do ensino secundário no então Liceu Nacional de Portimão, atual Escola Secundária Poeta António Aleixo, da qual em 1975, foi eleito Presidente do Conselho Diretivo. Arquiteto e Professor, foi eleito em 1976 Presidente da Câmara Municipal de Portimão, tendo permanecido neste cargo, por sucessivas reeleições, até dezembro de 1993. Foi fundador da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e da Associação de Municípios do Algarve (AMAL), onde desempenhou os cargos de Presidente da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, respetivamente. Desempenhou ainda os cargos de Presidente da Assembleia Municipal de Portimão, entre 1994 e 2001, Presidente da Assembleia Distrital de Faro e Deputado à Assembleia da República pelo Algarve na VII Legislatura. Em sua memória, a Assembleia Municipal de Lagos reunida a 21 de fevereiro de 2017 delibera: 1. Manifestar o seu Voto de Pesar pelo falecimento de Martim Gracias. 2. Expressar as suas sentidas condolências à família.”-----

-----A Sra. Ana Paula Viana (CDU) disse o seguinte: “As Forças que compõem a CDU, face ao falecimento do Dr. Mário Soares já apresentaram, em devido tempo ao Partido Socialista e à família as suas condolências. Mário Soares, fundador do Partido Socialista, seu Secretário-Geral, personalidade relevante da vida política nacional, participante no combate à Ditadura fascista, no apoio aos presos políticos, desempenhou, após o 25 de Abril, os mais altos cargos políticos, designadamente como Primeiro-Ministro, como Presidente da República e Membro do Conselho de



Fl. 3v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Estado. Lembrando o seu passado antifascista, a CDU regista as profundas e conhecidas divergências que marcaram as relações do PCP com o Dr. Mário Soares, designadamente pelo seu papel destacado no combate ao rumo emancipador da revolução de Abril e às suas conquistas, incluindo a soberania nacional.”-----

-----Posto isto passou-se à votação do Voto de Pesar referente ao falecimento do Sr. Mário Soares.-----

### -----DELIBERAÇÃO N.º 1/AM/2017:

-----**Aprovado**, por unanimidade, o Voto de Pesar apresentado pelo Grupo Municipal do PS.-----

-----Não participaram na votação, por se encontrarem ausentes da Sala no momento da votação o Sr. Rui Araújo (PSD) e o Sr. Carlos Glória (LCF).-----

-----Seguidamente passou-se à votação do Voto de Pesar referente ao falecimento do Sr. Artur Trindade.-----

### -----DELIBERAÇÃO N.º 2/AM/2017:

-----**Aprovado**, por unanimidade, o Voto de Pesar apresentado pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal.-----

-----Não participaram na votação, por se encontrarem ausentes da Sala no momento da votação o Sr. Rui Araújo (PSD) e o Sr. Carlos Glória (LCF).-----

-----Seguidamente passou-se à votação do Voto de Pesar referente ao falecimento do Sr. Martim Garcias.-----

### -----DELIBERAÇÃO N.º 3/AM/2017:

-----**Aprovado**, por unanimidade, o seguinte Voto de Pesar apresentado pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal.-----

-----Seguidamente foi cumprindo um minuto de silêncio em memória dos Senhores Mário Soares, Artur Trindade e Martim Gracias.-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Recomendação, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “Com a Revolução de 25 de Abril de 1974, foram reconhecidos aos portugueses direitos que até então o regime fascista lhes tinha negado, nomeadamente o direito à habitação e à participação na sua concretização, pelo que existiam por todo o País os chamados bairros de lata, constituídos por barracas improvisadas, onde viviam milhares de famílias em condições sub-humanas. Logo em agosto de 1974, o II Governo Provisório instituiu o Serviço de Apoio Ambulatório Local, SAAL, para “...apoiar, através das Câmaras Municipais, as iniciativas de populações mal alojadas no sentido de colaborarem na transformação dos próprios bairros...”. Em Lagos, os pescadores e mariscadores do bairro de barracas conhecidos por os índios da Meia Praia, devido ao feitio das palhotas originais que tinham construído havia cerca de 40 anos, aderiram logo ao apoio do SAAL e iniciaram, com enorme esforço coletivo, a verdadeira epopeia de substituir as suas barracas por casas de habitação, de acordo com projetos aprovados na Câmara Municipal e financiados pelo Governo, tornando-se assim conhecidos no País. No princípio de 1975, o realizador e produtor cinematográfico António da Cunha Telles decidiu registar em filme a extraordinária mudança na sua vida que aquelas 41 famílias estavam conseguindo e dar a conhecer as suas perspetivas e esperanças para o futuro. Esse filme foi realizado durante um ano, Cunha Telles



chamou-lhe Continuar a Viver ou os Índios da Meia Praia e, em 25 de Abril de 1977, a sua antestreia teve lugar em Lagos no cinema Império, com os ainda 900 lugares completamente ocupados pelos lacobrigenses. O filme foi depois projetado em circuitos comerciais e em festivais e continua hoje a ser objeto de exposições e estudos em encontros, conferências e debates nacionais e internacionais sobre temas e metodologias de intervenções sociais e culturais, assim como tem sido sucessivamente transmitido, até aos nossos dias, pela televisão. Neste ano de 2017, completam-se 40 anos sobre a antestreia em Lagos do Continuar a Viver ou os Índios da Meia Praia e verifica-se que se mantém não só a sua atualidade temática, como também o seu interesse de registo de qualidade sobre um aspeto fundamental das transformações trazidas pelo 25 de Abril à sociedade portuguesa e particularmente ao Concelho de Lagos. Assim, justifica-se plenamente que este aniversário seja destacadamente assinalado em Lagos, permitindo ainda, em detalhe e com perfeito conhecimento, conhecer a realidade dos acontecimentos que regista, debater e formar opinião sobre a sua evolução e fundamentar a visão de hoje acerca do filme, da sua época e dos índios da Meia Praia. Face ao exposto os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos reunida a 21 de fevereiro de 2017 delibere: 1 - Recomendar à Comissão para as Comemorações do 25 de Abril a inclusão no Programa da projeção do filme «Continuar a Viver ou os Índios da Meia Praia» a realizar no dia 25 de Abril à tarde, no Centro Cultural de Lagos. 2 - Antecedendo a projeção a realização de uma Sessão Comemorativa do 40.º Aniversário da Antestreia do filme, convidando para o efeito o realizador e produtor António da Cunha Telles e três protagonistas, o arquiteto José Veloso e dois membros da Associação de Moradores do Bairro 25 de Abril da Meia Praia. 3 - Promover no Pátio do Centro Cultural, uma exposição com fotografias ampliadas das palhotas originais dos Índios da Meia Praia. 4 - Dar conhecimento da deliberação aos órgãos da comunicação social.”-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) informou estar disponível para facultar algumas fotografias de palhotas e que a Associação Zeca Afonso tem material disponível para a concretização da exposição relacionada com a vida e obra do Zeca Afonso.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da Recomendação.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 4/AM/2017:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “A descentralização administrativa, conforme a CRP – Constituição da República Portuguesa - tem por finalidade assegurar o reforço da coesão nacional e de solidariedade inter-regional e promover a eficiência e eficácia da gestão pública, assegurando os direitos das populações. Descentralização que envolve, entre outros aspetos, a transferência de atribuições e competências para as autarquias. A transferência de poderes e competências para executar (física e financeiramente) ações, serviços ou investimentos é mera desconcentração – só há descentralização quando a transferência inclua o poder de



Fl. 4v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

decidir. A transferência de atribuições e competências deve ser acompanhada dos meios humanos, recursos financeiros e do património adequado ao desempenho das funções transferidas, visa uma melhor e mais eficaz resposta aos direitos, aspirações e necessidades das populações, e não pode consistir, como a prática tem demonstrado, num processo de redução do investimento público e alijamento do ónus de insatisfação e incumprimento para o Poder Local. A solução a encontrar deverá passar por uma verdadeira descentralização de competências, em que o Poder Local democrático se assuma como titular de atribuições e competências próprias, com os inerentes poderes de direção e conformação que faça sentido à luz do princípio da subsidiariedade e complementaridade como forma de melhor responder aos direitos e anseios das populações e que não ponha em causa a universalidade das funções sociais do Estado. Objetivos que exigem, como garantia de coerência do processo, uma delimitação clara das atribuições e competências que envolva os níveis de administração central, regional e local. Devem manter-se no Estado, para além dos que são próprios do exercício da soberania, os poderes que permitam o desenvolvimento estrutural do País e os que coloquem todos os cidadãos em plano de igualdade no acesso aos bens e serviços constitucionalmente garantidos nos domínios económico, social e cultural. A inexistência de autarquias de nível intermédio – as regiões administrativas – que não são substituíveis pelas CIM ou qualquer outra solução intermunicipal, constitui um obstáculo a uma efetiva descentralização que é urgente resolver. Novas competências para as autarquias exigem o preenchimento de condições (financeiras, de autonomia e de organização) para o seu pleno exercício, reclamam a reposição de condições para responder às responsabilidades que já hoje detêm, exigem a devolução às autarquias das competências em relação às águas que lhe foram retiradas com a criação dos sistemas multimunicipais. Exigem ainda a reposição das freguesias. A experiência de décadas em que, mais que transferência de competências, se transferiram encargos, obriga à avaliação rigorosa dos meios necessários ao exercício das competências consideradas, a definição do ponto de partida para a fixação do volume de recursos necessários e a verificação de garantias futuras quanto ao regime financeiro. Face aos projetos de diplomas do Governo agora concluídos sobre transferência de competências e sobre a orgânica das CCDR, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida a 21 de fevereiro de 2017 delibere: 1 - Reafirmar a descentralização como condição essencial para o desenvolvimento local e regional. 2 - Reiterar a exigência de criação das Regiões Administrativas enquanto fator indispensável a um processo coerente de delimitação de responsabilidades entre os vários níveis de administração, a uma reforma democrática de administração, à defesa da autonomia dos municípios. 3 - Exigir a eliminação de todas as restrições à autonomia do Poder Local em matéria financeira, orçamental, organizacional, material e humana. 4 - Rejeitar qualquer nova transferência de atribuições e competências sem a garantia comprovada da dotação das autarquias com os meios indispensáveis ao seu pleno exercício, presente e futuro. 5 - Dar conhecimento desta Moção ao Presidente da República, à Assembleia da República, ao Governo, à AMAL e à comunicação social.”-----





-----O Sr. Rui Araújo (PSD) disse que o Grupo Municipal do PSD não concordava com o Ponto 3 da Moção em apreciação, porque se não existir controlo e rigor orçamental, corre-se o risco de se verificar falências em Câmaras Municipais, como se verificou com a de Lagos. Lembrou que se não tivesse sido a ajuda da Administração Central, num Governo liderado pelo PSD, que emprestou mais de nove milhões de euros à Autarquia de Lagos, a situação de Lagos seria muito mais negativa.-----

-----A Sra. Paula Couto (PS) começou por informar sobre o voto a favor, no documento em apreciação, por parte do Grupo Municipal do PS. Disse que este assunto estava em cima da mesa, tendo já a Associação Nacional de Municípios Portugueses tomado uma posição sobre o assunto, sendo que deve ficar bem claro, desde o início, a afetação de verbas/recursos. Afirmou que a descentralização é importante, uma vez que a proximidade resolve mais facilmente as situações surgidas. Disse que o tema Regionalização não estava em cima da mesa.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (IND), começou por anunciar o seu voto a favor na Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, apesar do assunto relacionado com a orgânica das CCDR, ainda não estar resolvido.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que a questão das CCDR está a ser tratada pela Assembleia da República. Referiu que o Poder Local é autónomo, pelo que é isso que deve ser defendido.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) disse que a transferência de competências deve vir acompanhada dos meios humanos e financeiros. Referiu que o Grupo Municipal do PSD também era a favor do Poder Local autónomo e democrático, pelo que perguntou se o Grupo Municipal da CDU concordava com o facto de uma Autarquia Local se endividasse indiscriminadamente sem capacidade para cumprir as suas obrigações.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que o Governo do PSD não tinha feito nenhuma benesse ao emprestar cerca de mil milhões de euros às Autarquias do País, uma vez que ao longo dos anos têm sido retirados milhões de euros às Autarquias Locais porque não é cumprida a Lei das Finanças Locais. Referiu que o que interessa é existir leis próprias que prejudique a atitude das Câmaras Municipais que façam o que disse o Sr. Rui Araújo, pelo que deve ser exigido responsabilidades a quem não cumpra a Lei do endividamento.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) disse que o Grupo Municipal do PSD concordava com o que foi dito na parte final da intervenção do Sr. José Manuel Freire e lembrou que foi o Governo PSD que criou a Lei que não permite que as Câmara Municipais gastem mais do que aquilo que podem gastar.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da Moção, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	LCF	CDU	IND	BE	TOTAL
<b>VOTOS A FAVOR</b>	12	0	3	3	1	1	<b>20</b>
<b>ABSTENÇÕES</b>	0	5	0	0	0	0	<b>5</b>
<b>VOTOS CONTRA</b>	0	0	0	0	0	0	<b>0</b>



Fl. 5v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE  
LAGOS

-----**DELIBERAÇÃO N.º 5/AM/2017:**

-----**Aprovada**, por maioria, a Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.--  
-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “É urgente travar o processo de degradação da qualidade da Escola Pública e cessar o ataque ao trabalho com direitos de todos os trabalhadores, docentes e não docentes. Tal só será possível com uma mudança das políticas para a Educação, no sentido de garantir o justo financiamento da Escola Pública, de acordo com os princípios da universalidade, gratuidade e qualidade. Os trabalhadores não docentes sentiram com particular gravidade o ataque aos seus direitos laborais e sociais, com o aumento e a proliferação da sazonalidade e precariedade, a destruição do direito à carreira, a desvalorização dos salários reais e do valor da hora de trabalho, o aumento da instabilidade no emprego e o afastamento efetivo da participação na gestão da Escola Pública. A precariedade no trabalho aumentou ao longo dos anos mais recentes, recorrendo os Governos a expedientes como substituir os trabalhadores em falta nos estabelecimentos de educação que respondem a necessidades permanentes por contratos de emprego/inserção (CEI) e trabalho a tempo parcial (contratando os trabalhadores à hora), os chamados tarefeiros. Há casos que ainda hoje se mantêm que é preciso referir. Como é exemplo o Agrupamento de Escolas Júlio Dantas, para a qual foi aberto um Procedimento Concursal comum publicado em Diário da República a 10 de janeiro de 2017 de recrutamento em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo certo na carreira e categoria de assistente operacional com vista ao processo de seleção para Contrato de Trabalho a Tempo Parcial de um trabalhador com um horário de três horas e trinta minutos diárias. Para desempenhar a seguinte função: Prestação de Serviços, Tarefas de Limpeza, jardinagem e acompanhamento a alunos. Remuneração, hora a pagar será calculada com base na Retribuição Mínima Mensal Garantida. Infelizmente, este tipo de contratação está generalizado pelo País. O recurso à contratação de trabalhadores com vínculos precários não é solução - em primeiro lugar para o trabalhador, porque não lhe assegura os direitos laborais e a estabilidade; em segundo lugar, porque introduz uma enorme instabilidade no funcionamento na escola, que não é compaginável com o processo ensino/aprendizagem. O pessoal não docente tem uma função pedagógica que deve ser valorizada, o que não é compatível com a enorme rotatividade que existe nas escolas. Muitas das vezes, quando as pessoas já se integraram nas suas funções, têm de ir embora sem possibilidade de renovação, forçando-se a escola a iniciar um novo processo de integração, correndo-se o risco de algumas pessoas não se adaptarem, com graves prejuízos para a escola. O número de trabalhadores, mais vulgarmente designado por rácio, estabelecido por lei é manifestamente insuficiente para as necessidades da Escola Pública. O resultado desta insuficiência traduz-se numa enorme sobrecarga de trabalho para os trabalhadores atualmente em funções, pondo em risco a sua saúde e comprometendo o bom funcionamento da escola nas suas diversas vertentes. Consideramos que é urgente a alteração da portaria de rácios, por forma a dotar as escolas e os agrupamentos de escolas dos postos de trabalho efetivamente necessários ao cumprimento da sua missão. Neste momento, não se



encontram devidamente considerados aspetos determinantes para o funcionamento das escolas, como os serviços e valência de cada uma, bem como as características do edificado. Face ao exposto os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos reunida a 21 de fevereiro de 2017 delibere recomendar ao Governo: 1 - A exigência do reforço dos assistentes operacionais nas escolas e a sua adequação às necessidades. 2 - A Revisão da Portaria n.º 29/2015, de 12 de fevereiro, no sentido de adequar os critérios e a respetiva fórmula de cálculo para a determinação da dotação máxima de referência do pessoal não docente à realidade das escolas, considerando, entre outros, os seguintes aspetos: a) A garantia de existência de assistentes operacionais em todas as escolas. b) As necessidades específicas de acompanhamento de alunos com Necessidades Educativas Especiais e, nomeadamente as de caráter permanente. c) A garantia de normal funcionamento em termos de oferta educativa, regime e horário de funcionamento da escola e dos vários serviços de apoio, como reprografias, bibliotecas, entre outros. d) As necessidades permanentes das escolas. 3 - Crie um mecanismo que permita a cada escola, em caso de necessidade, adequar o número de pessoal não docente à especificidade de cada escola, nomeadamente, a tipologia e a localização de cada edifício escolar, independentemente da dotação máxima de referência do pessoal. 4 - Dar conhecimento desta deliberação à Assembleia da República, ao Governo, e Comunicação social.”-----

-----A Sra. Paula Couto (PS) disse que a Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU revela um conhecimento bastante profundo da situação que é vivida. Referiu que as Escolas Secundárias, como estão sob a dependência do Ministério da Educação têm que estar sujeitas à Portaria, enquanto as outras escolas, como estão sob dependência da Câmara Municipal, são beneficiadas a este nível porque a Câmara Municipal fez uma adaptação à Portaria. Disse que era urgente rever a Portaria, que tinha sido revista no tempo do PSD, como Governo, mas foi revista de uma forma muito simplista.-----

-----O Sr. Alexandre Nunes (CDU) disse que a atual Portaria tinha sido criada numa altura em que era necessários fazer cortes cegos, pelo que é necessário rever a mesma.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) começou por destacar o trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal, relativamente ao mencionado pela Sra. Paula Couto. Disse que o PSD Lagos defende os lacobrigenses e apesar da Portaria ter origem num Governo PSD, a mesma está mal e precisa de ser revista.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da Moção.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 6/AM/2017:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Recomendação, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “José Afonso, o Zeca para amigos e companheiros, foi um artista de grande cultura, compositor e cantor que influenciou para sempre os rumos da música e da cultura portuguesa de raiz popular. Compositor multifacetado, estudioso, extremamente exigente e rigoroso nas suas



Fl. 6v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

composições e interpretações, percorreu no seu repertório diversas áreas musicais que fez evoluir, das baladas de Coimbra à música tradicional e compôs ainda música para teatro. Tornou-se assim referência incontornável para o estudo e conhecimento dos percursos e expressões da música portuguesa desde a década de 50 do século XX. E trinta anos depois da sua morte, a semente da sua obra musical permanece viva e a dar frutos e influenciar as novas gerações. Zeca Afonso é admirado não só pela sua música, mas também pela sua personalidade e forma como procurou estar na vida, cidadão solidário, movido por causas e ideais que lhe pareciam justos. Um ser humano que vivia perseguindo uma utopia social e política e que nunca parou muito tempo no mesmo lugar. Zeca Afonso era um andarilho. Duas razões ligam muito particularmente o seu nome a Lagos. Em 1957, deixou a sua marca como professor na Escola Comercial e Industrial. Fazem parte da sua obra discográfica dois poemas/canção que aqui compôs, O Pastor de Bensafrim e os Índios da Meia Praia. Neste ano de 2017, completam-se 30 anos sobre a morte de José Afonso. É com emoção que se evoca este cidadão, nome marcante da cultura portuguesa, e destacado interventor no combate pela instauração e consolidação da democracia em Portugal. Cultor e intérprete da música tradicional portuguesa, a cujo desenvolvimento e evolução deu decisivo impulso, sempre em profunda ligação com o melhor da cultura popular, o Zeca mantém-se como referência marcante do Portugal do século XX. Esta evocação, trazendo-o para a presença nos nossos dias, com o reconhecimento do contributo para a cultura portuguesa, e de como a sua música, a sua voz, a sua presença, continuam vivas entre nós, é a melhor homenagem, plena de justiça, que hoje se pode fazer à sua memória. Face ao exposto os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos reunida a 21 de fevereiro delibere: 1 - Recomendar à Comissão para as Comemorações do 25 de Abril a inclusão no Programa a organização de uma exposição dedicada à Vida e Obra de José Afonso. 2 - A execução de dois painéis com a ampliação dos poemas O Pastor de Bensafrim e Os Índios da Meia Praia, a colocar, respetivamente em Bensafrim e no Bairro 25 de Abril da Meia Praia. 3 - Dar conhecimento desta proposta à comunicação social.”-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que a exposição referida por si, numa anterior intervenção sua, tinha sido a referente ao documento em apreciação.-----

-----O Sr. Duarte Rio (PS) (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João) perguntou se o proposto era para ser de carácter permanente ou se é apenas para o período de festividades do 25 de Abril.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que é para ser de carácter permanente.-----

-----O Sr. Duarte Rio (PS) (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João) disse que o Grupo Municipal do PS concorda com a Moção, pelo que anunciou o voto a favor.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da Moção.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 7/AM/2017:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção,



apresentada pelo Grupo Municipal do PS: “Considerando que, em 2013, o XIX Governo constitucional (PSD/CDS-PP), criou na Região do Algarve o Centro Hospitalar do Algarve, CHA, E.P.E., por fusão entre o CHBA, E.P.E. e o Hospital Central de Faro, E.P.E., com o objetivo que se cita: “As mais-valias decorrentes da criação do Centro Hospitalar do Algarve, E.P.E., são múltiplas e situam-se ao nível assistencial, de qualidade clínica, organizacional e gestor, com particular enfoque nas vertentes económico-financeiras, designadamente, de racionalização e adequação dos atos clínicos e referência dos doentes”, com a publicação do DL n.º 69/2013 de 17 de maio; Tudo foi efetuado de forma apressada, sem o cuidado de ouvir os profissionais do setor da saúde e os autarcas representantes da população envolvida; Os problemas de funcionamento do CHA, EPE, tornaram-se evidentes logo desde o seu início, com a diminuição global da atividade cirúrgica, do número de primeiras consultas externas em múltiplas especialidades e problemas nas escalas no serviço de urgência em varias especialidades (foram notícia a ortopedia, a pediatria, entre outras), que conjugado com a falta de investimento na renovação dos equipamentos e faltas frequentes de material básico de uso clínico, causaram profunda desmotivação nos profissionais médicos e múltiplas demissões sucessivas ao longo destes quase 4 anos de funcionamento. Na Unidade Hospitalar de Portimão foi particularmente evidente a degradação da qualidade dos serviços, com a redução da resposta em varias especialidades essenciais como a cardiologia, a ortopedia, a pneumologia, a pediatria e pontualmente noutras; recentemente agudizaram-se os problemas de funcionamento do serviço de urgência, com vários dias em que o tempo de espera após triagem ultrapassou as 8h, em que não havia macas para deitar os doentes e foi necessário alugar 15 camas num hospital privado em Portimão, em que a urgência pediátrica esteve encerrada (6, 7 e 8 de janeiro de 2017), tendo as crianças doentes do SNS sido enviados para um hospital privado!? Na Unidade Hospitalar de Lagos, mantêm-se os problemas de carência de especialistas de Medicina Interna para efetuar o seguimento adequado dos doentes internados no serviço de Medicina e casos frequentes em que está apenas um médico escalado no Serviço de Urgência Básico, com os riscos inerentes para os doentes e profissionais envolvidos e inevitável aumento do tempo de espera; É também frequente que sejam desviados médicos escalados em Lagos para reforçar o serviço de urgência de Portimão (que quase nunca está bem...), tendo já ocasionado o encerramento temporário do SUB; Ao nível dos Cuidados Primários, o barlavento algarvio e o Concelho de Lagos em concreto, mantêm uma das maiores carências de médicos de família ao nível nacional, com cerca de 9000 utentes sem médico no total, na sede e nas extensões de Odiáxere e Praia da Luz, (apesar da recente criação da USF Descobrimientos, que veio resolver o problema a cerca de 8500 utentes e que se saúda); Que a prestação de cuidados de saúde hospitalares e cuidados primários representa um fator decisivo da qualidade de vida e um valor fundamental, protegido constitucionalmente, cuja degradação foi notória nos últimos anos, em consequência de más decisões gestórias dos responsáveis, tendo criado problemas de equidade de acesso aos cuidados que agravaram as desigualdades com as regiões metropolitanas do País; Que a criação do CHA, EPE, insuficientemente



Fl. 7v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

fundamentada e apressada, se revelou ao fim de quase 4 anos, desastrosa porque não cumpriu nenhum dos objetivos propostos (enunciados acima) e, pelo contrário, os agravou. Face ao exposto, os eleitos da Assembleia Municipal de Lagos, reunidos na Sessão Ordinária de fevereiro de 2017 deliberam exigir que: - Seja decidida pela tutela governamental a alteração do modelo de gestão dos Hospitais do Algarve, revertendo a fusão de modo a dotar de autonomia de gestão os Hospitais de Portimão/Lagos e o Hospital de Faro. - Sejam reforçados os recursos humanos em múltiplas especialidades hospitalares da região, tão carenciada, em todas as unidades do SNS. - Seja implementado o plano de investimento em equipamentos clínicos e imagiológicos nos hospitais da Região (Faro, Portimão e Lagos) e sejam efetuadas as necessárias obras de conservação e melhoramento. - Sejam reforçados os recursos humanos médicos da especialidade de Medicina Geral e Familiar, de enfermagem, nutrição e outros no Centro de Saúde de Lagos e sejam adjudicadas as obras de melhoramento da sede, cujo projeto se encontra executado há longos meses.”-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (IND) começou por demonstrar agrado pela apresentação da presente Moção. Disse que a população exige que seja reformulada a prestação de serviços de saúde no Algarve.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) disse que a principal conclusão a que o Grupo Municipal do PSD chegar, depois de ler a Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PS é de que falta investimento em equipamentos e faltam profissionais de saúde, principalmente médicos, não vendo relação entre a fusão das Administrações dos hospitais e a diminuição dos cuidados de saúde, uma vez que o problema está na falta de profissionais de saúde. Referiu que se fosse revertida a decisão de fusão dos hospitais, o que aconteceria era passar a existir mais um Conselho de administração, com lugares bem remunerados.-----

-----O Sr. Carlos Saúde (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos) disse que com a criação do Centro Hospitalar do Algarve, tinham sido perdidas muitas valências. Referiu que o PS tinha sido contra a fusão das Administrações, quando esta foi feita pelo Governo PSD e agora com um Governo do PS, mantém tal posição, por isso a intenção demonstrada na Moção apresentada.-

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) começou por anunciar o voto favorável do Grupo Municipal da CDU na Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PS. Disse que o PCP tinha apresentado, na Assembleia da República, dois Projetos de Lei, em 2013 e 2014, tendo os mesmo sido aprovados, com votos contra do PSD e do CDS, sendo que em 2016 idêntico Projeto de Lei tinha sido apresentado e reprovado com os votos contra do PS, PSD e CDS, pelo que considerou importante a posição tomada pelo Grupo Municipal do PS, uma vez que é preciso fazer pressão, junto das entidades competentes pelo assunto.-----

-----O Sr. José Santos (BE) disse que tudo o que seja para melhorar a vida das pessoas, o Bloco de Esquerda apoia e por isso anunciou o voto a favor na Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PS.-----

-----A Sra. Adélia Fuzeta (PSD) disse que o Algarve tinha fortes carências a nível especialidades de saúde, pelo que sugeriu que fosse firmado um compromisso com a Universidade do Algarve por forma a manter os alunos que acabam o curso de



medicina, nos hospitais do Algarve.-----

-----O Sr. Carlos Saúde (PS) (Presidente da Junta d Freguesia de São Gonçalo de Lagos) disse que por lapso não consta na Moção, mas a mesma a ser aprovado deverá ser enviada para a Assembleia da República, para o Governo e à comunicação social.-----

-----A Sra. Sónia Melo (PS) disse que o Grupo Municipal do PS aceitava a sugestão feita pelo Grupo Municipal do PSD.-----

-----O Sr. José Jácome (LCF) sobre a proposta feita pelo Grupo Municipal do PSD, disse que sem uma contrapartida não via como podia ser aplicada a medida dos alunos que acabem o seu curso de medicina na Universidade do Algarve, permanecerem nas unidades de saúde do Algarve.-----

-----A Sra. Maria Clara Rato (PS) disse que o curso de medicina que existe na Universidade do Algarve é para pessoas que já sejam licenciadas na área da saúde, pelo que isso não facilita a colocação em prática da sugestão apresentada pelo Grupo Municipal do PSD.-----

-----A Sra. Adélia Fuzeta (PSD) disse que a sugestão de redação é a seguinte: “Sejam reforçados os incentivos aos alunos de medicina da Universidade do Algarve para fixação dos mesmos nos hospitais desta Região.”-----

-----Posto isto, passou-se à votação da Moção.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 8/AM/2017:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a seguinte Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PS: “Considerando que, em 2013, o XIX Governo constitucional (PSD/CDS-PP), criou na Região do Algarve o Centro Hospitalar do Algarve, CHA, E.P.E., por fusão entre o CHBA, E.P.E. e o Hospital Central de Faro, E.P.E., com o objetivo que se cita: “As mais-valias decorrentes da criação do Centro Hospitalar do Algarve, E.P.E., são múltiplas e situam-se ao nível assistencial, de qualidade clínica, organizacional e gestionário, com particular enfoque nas vertentes económico-financeiras, designadamente, de racionalização e adequação dos atos clínicos e referenciação dos doentes”, com a publicação do DL n.º 69/2013 de 17 de maio; Tudo foi efetuado de forma apressada, sem o cuidado de ouvir os profissionais do setor da saúde e os autarcas representantes da população envolvida; Os problemas de funcionamento do CHA, EPE, tornaram-se evidentes logo desde o seu início, com a diminuição global da atividade cirúrgica, do número de primeiras consultas externas em múltiplas especialidades e problemas nas escalas no serviço de urgência em varias especialidades (foram notícia a ortopedia, a pediatria, entre outras), que conjugado com a falta de investimento na renovação dos equipamentos e faltas frequentes de material básico de uso clínico, causaram profunda desmotivação nos profissionais médicos e múltiplas demissões sucessivas ao longo destes quase 4 anos de funcionamento. Na Unidade Hospitalar de Portimão foi particularmente evidente a degradação da qualidade dos serviços, com a redução da resposta em varias especialidades essenciais como a cardiologia, a ortopedia, a pneumologia, a pediatria e pontualmente noutras; recentemente agudizaram-se os problemas de funcionamento do serviço de urgência, com vários dias em que o tempo de espera após triagem ultrapassou as 8h, em que não havia macas para deitar os doentes e foi



Fl. 8v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

necessário alugar 15 camas num hospital privado em Portimão, em que a urgência pediátrica esteve encerrada (6, 7 e 8 de janeiro de 2017), tendo as crianças doentes do SNS sido enviados para um hospital privado!? Na Unidade Hospitalar de Lagos, mantêm-se os problemas de carência de especialistas de Medicina Interna para efetuar o seguimento adequado dos doentes internados no serviço de Medicina e casos frequentes em que está apenas um médico escalado no Serviço de Urgência Básico, com os riscos inerentes para os doentes e profissionais envolvidos e inevitável aumento do tempo de espera; É também frequente que sejam desviados médicos escalados em Lagos para reforçar o serviço de urgência de Portimão (que quase nunca está bem...), tendo já ocasionado o encerramento temporário do SUB; Ao nível dos Cuidados Primários, o barlavento algarvio e o Concelho de Lagos em concreto, mantêm uma das maiores carências de médicos de família ao nível nacional, com cerca de 9000 utentes sem médico no total, na sede e nas extensões de Odiáxere e Praia da Luz, (apesar da recente criação da USF Descobrimentos, que veio resolver o problema a cerca de 8500 utentes e que se saúda); Que a prestação de cuidados de saúde hospitalares e cuidados primários representa um fator decisivo da qualidade de vida e um valor fundamental, protegido constitucionalmente, cuja degradação foi notória nos últimos anos, em consequência de más decisões gestionárias dos responsáveis, tendo criado problemas de equidade de acesso aos cuidados que agravaram as desigualdades com as regiões metropolitanas do País; Que a criação do CHA, EPE, insuficientemente fundamentada e apressada, se revelou ao fim de quase 4 anos, desastrosa porque não cumpriu nenhum dos objetivos propostos (enunciados acima) e, pelo contrário, os agravou. Face ao exposto, os eleitos da Assembleia Municipal de Lagos, reunidos na Sessão Ordinária de fevereiro de 2017 deliberam exigir que: - Seja decidida pela tutela governamental a alteração do modelo de gestão dos Hospitais do Algarve, revertendo a fusão de modo a dotar de autonomia de gestão os Hospitais de Portimão/Lagos e o Hospital de Faro. - Sejam reforçados os recursos humanos em múltiplas especialidades hospitalares da região, tão carenciada, em todas as unidades do SNS. - Seja implementado o plano de investimento em equipamentos clínicos e imagiológicos nos hospitais da Região (Faro, Portimão e Lagos) e sejam efetuadas as necessárias obras de conservação e melhoramento. - Sejam reforçados os recursos humanos médicos da especialidade de Medicina Geral e Familiar, de enfermagem, nutrição e outros no Centro de Saúde de Lagos e sejam adjudicadas as obras de melhoramento da sede, cujo projeto se encontra executado há longos meses. – Sejam reforçados os incentivos aos alunos de medicina da Universidade do Algarve para fixação dos mesmos nos hospitais desta Região.”-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção, apresentada pelo Grupo Municipal LCF: “Tem o Movimento Lagos com Futuro apreciado o número de pessoas que se aglomeram no centro da cidade, juntando cães e ocupando a via pública de forma condicionadora da passagem das pessoas nas ruas, adiciona-se igualmente o facto de os mesmos representarem alguns números artísticos junto a restaurantes e outros estabelecimentos comerciais. Não está em causa, pelo menos por nosso conhecimento, situações de agressividade de tais





indivíduos, no entanto, verifica-se que os transeuntes se desviam, ou por receio dos mesmos, ou dos cães, ou por não quererem ser abordados com fins de mendicidade ou de venda de “produtos”. Durante o dia ou noite, os mencionados indivíduos, mantêm-se no centro da cidade criando uma má imagem, levando a um sentimento de insegurança para qualquer um que se desloque ao centro. A este cenário, acresce a já longínqua ocupação temporal da Praça existente nas traseiras dos Paços do Concelho, onde ninguém tem desejo de permanecer. O Posto da PSP criado no Edifício dos Paços do Concelho, parte-se do princípio que foi criado para manter um posto avançado na cidade, no entanto, na maioria do tempo, encontra-se vazio não satisfazendo as necessidades da zona. Manifestamos a preocupação pelo que descrevemos, certamente a Câmara Municipal de Lagos tem meios de fiscalização para verificar a existência de licenças para atuar na via pública e se os animais são possuidores de boletim sanitário. A cidade, já por si quase deserta à noite, com situações como esta, num futuro próximo, não terá a frequência de ninguém. De acordo com o exposto, a Assembleia Municipal de Lagos, reunida em Sessão Ordinária no dia 21 de fevereiro de 2017, delibera o seguinte: 1) Solicitar à Câmara Municipal de Lagos que se empenhe na resolução do problema descrito, tomando as medidas legais ao seu alcance de acordo com os dados apresentados ou outros que julgue adequados. 2) Solicitar à PSP que reforce os efetivos no Posto da Praça Gil Eanes de forma a garantir a tranquilidade dos cidadãos.”-----

-----O Sr. Fernando Marreiros (PSD) disse que o Grupo Municipal do PSD é a favor da Moção apresentada pelo Grupo Municipal LCF. Referiu que a situação em causa não era nova e vinha a ser recorrente. Disse que o PS prometeu a resolução do problema, mas o mesmo persistia. Reconheceu que o problema não era de fácil resolução, mas tinha que ser resolvido. Referiu que a retirada da Esquadra da PSP do centro da cidade, teve um impacto negativo, sendo a situação em causa, prova de tal.-----

-----O Sr. Alexandre Nunes (CDU) disse que havia dúvidas se o problema em causa seria social, de segurança ou legal, pelo que solicitou esclarecimentos.-----

-----O Sr. Carlos Glória (LCF), reportando-se à Moção apresentada pelo Grupo Municipal LCF, disse que de facto existiam três problemas que a Moção pretender falar, o social, o legal e o de segurança. Disse que os cidadãos em causa não estão a cometer nenhum crime, ao se instalarem na Praça Gil Eanes, mas condicionam o quotidiano dos transeuntes que passam pelo local, uma vez que passam uma imagem de insegurança, inclusivamente por causa dos cães que os acompanham. Fez ainda menção a uma senhora estrangeira que vagueia pela cidade com atitudes menos próprias.-----

-----O Sr. Eduardo Andrade (PS) disse ter verificado argumentação perigosa e discriminatória na Moção apresentada pelo Grupo Municipal LCF. Referiu que existem sem abrigo por questões sociais, mas também existem alguns que o são por opção, sendo conhecedor de alguns casos destes. Disse que eram emitidos juizes de valor com os quais se devia ter muito cuidado, porque pode levar as pessoas a discriminarem cidadãos. Referindo-se à senhora estrangeira que deambula pela cidade, disse que nem os doentes mentais podem ser obrigados a ser internados.



Fl. 9v.

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Afirmou que ninguém pode ser obrigado a ser ajudado, pelo que é preciso ter capacidade e coragem de respeitar os outros, quando os mesmos não cometem crimes.-----

-----O Sr. Carlos Glória (LCF) disse que por detrás do texto da Moção não existe nada com segundas intenções. Referiu que existia, de facto, um problema social que era preciso resolver, porque senão estava sujeito a que uma minoria afastasse uma maioria.-----

-----O Sr. Carlos Saúde (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos) disse que a Câmara Municipal nunca rejeitou dar apoio social a quem quer que seja, sendo que a Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos, também tem ajudado muito dos cidadãos que estão na base da Moção apresentada pelo Grupo Municipal LCF. Relativamente ao reforço de segurança no centro histórico, disse que isso é um pedido recorrente junto das forças de segurança por parte da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia.-----

-----O Sr. Fernando Marreiros (PSD) disse que o Grupo Municipal do PSD tinha percebido bem a questão levantada pelo Grupo Municipal LCF e o facto é que existia um problema social relacionado com a questão levantada que carecia de resolução.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da Moção, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	LCF	CDU	IND	BE	TOTAL
<b>VOTOS A FAVOR</b>	0	5	3	0	0	0	<b>8</b>
<b>ABSTENÇÕES</b>	12	0	0	0	1	1	<b>14</b>
<b>VOTOS CONTRA</b>	0	0	0	3	0	0	<b>3</b>

-----**DELIBERAÇÃO N.º 9/AM/2017:**

-----**Aprovada**, por maioria, a Moção apresentada pelo Grupo Municipal LCF.-----

-----Declaração de Voto efetuada pelo Sr. Alexandre Nunes (CDU): “Votamos contra não pelas conclusões mas pelos preâmbulos. Achamos que há aqui preâmbulos que podem ser perigosos do ponto de vista da visão da sociedade que nós temos e defendemos e é por isso que votamos contra, que não em relação às conclusões em concreto, mas em relação aos preâmbulos que estão aqui e a alguns juízos de valor que estão aqui presentes, e é esse o motivo por que votamos contra.”-----

-----**INTERRUPÇÃO DA REUNIÃO:** Neste momento, eram 22 horas e 9 minutos, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), declarou interrompidos os trabalhos da Reunião para um breve intervalo, tendo os mesmos sido retomados às 22 horas e 33 minutos.-----

-----**APROVAÇÃO DA ORDEM DO DIA:**

-----Não tendo sido alvo de qualquer intervenção, foi colocada à votação a Ordem do Dia para a presente Sessão da Assembleia Municipal.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 10/AM/2017:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Ordem do Dia para esta Sessão da Assembleia Municipal.-----

-----**PONTO 1 - ASSUNTOS RESPEITANTES À FREGUESIA DE ODIÁXERE.**-----



-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “A variante do Odiáxere à E.N. 125, há longos anos que tem vindo a ser reivindicada pelas populações e pelos eleitos locais da Freguesia de Odiáxere e do Município e consta do Plano Diretor Municipal desde 1994. Mais uma vez, depois de várias décadas, de lutas e expectativas criadas aos Órgãos do Município e às populações a variante de Odiáxere fica de fora na obra de requalificação da E.N. 125. Em 16 de março de 2008 foi apresentado o Projeto de Requalificação da Estrada Nacional 125, e a Vila de Odiáxere e o Município de Lagos ficaram, mais uma vez, penalizados pela não inclusão da variante de Odiáxere no projeto apresentado pelo Governo. Em 2010 foi aprovado integrar novas obras entre as quais a variante de Odiáxere na empreitada da requalificação da E.N. 125. Esteve em consulta pública até 3 de janeiro de 2012, o estudo da Variante de Odiáxere, promovida pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA). Em 2012 os Órgãos municipais manifestaram o seu repúdio, pela decisão do Governo de retirar da obra de requalificação da E.N. 125, a construção da Variante do Odiáxere. Em novembro de 2016, mais uma vez a Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade, uma proposta da CDU da qual se transcreve: “... recomendando ao Governo que: 2 – Incumba a empresa Infraestruturas de Portugal, S.A., que deve ser dotada dos meios adequados, de proceder ao lançamento e rápida conclusão de todas as obras inicialmente previstas para a E.N. 125, incluindo as variantes, nomeadamente a de Odiáxere, e as estradas de acesso/ligação, que não estão abrangidas pela subconcessão Algarve Litoral. ...”. Após a interrupção das obras de requalificação da E.N. 125 desde de 30 de junho de 2016, foi anunciado o seu reinício em 12 de janeiro de 2017, em Lagos, com a presença do Ministro do Planeamento e das Infraestruturas. Mais uma vez a Variante do Odiáxere não foi contemplada na renegociação que levou ao reinício das referidas obras na E.N. 125. A Assembleia Municipal, reunida em Odiáxere, não podia ficar indiferente à reivindicação pela construção da Variante do Odiáxere que já dura há décadas, pelo que os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida em 21 de fevereiro de 2017, mais uma vez, delibere exigir do Governo: 1 - A inclusão, com carácter de urgência, da construção da Variante do Odiáxere nas obras de requalificação da E.N. 125; 2 - Dar conhecimento desta deliberação à Presidência da República, à Assembleia da República, ao Governo e aos órgãos de Comunicação Social.”-----

-----O Sr. Carlos Fonseca (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere) fez a seguinte intervenção: “Em primeiro lugar não posso deixar de congratular a Assembleia Municipal, na pessoa do Sr. Presidente pelo facto de se deslocar a Odiáxere, aliás, como é habitual. Acredito e defendo que assim como na Freguesia, a Assembleia Municipal deverá, cada vez mais, ter um papel mais próximo dos concidadãos, como Órgão Deliberativo do Município. A proximidade com a população deve ser uma prioridade pois só assim o Poder Local faz sentido dando resposta aos anseios da população. Fazendo um resumo daquilo que tem sido este mandato e, como já é do conhecimento dos membros desta Assembleia, não nos tem sido fácil a gestão da Freguesia atendendo às muitas dificuldades,



Fl. 10v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

maioritariamente a nível financeiro. De facto, o dia-a-dia da Freguesia tem-se pautado pelos “balões de oxigénio” financeiros provenientes do Fundo de Financiamento das Freguesias e do contrato de execução celebrado com a Câmara Municipal. Com as parcas receitas, nunca é demais recordar que o financiamento da Freguesias a nível do Governo Central urge em ser reavaliado e, de uma forma coerente e equilibrada, seja feita a redistribuição de verbas indispensáveis para uma gestão da Freguesia mais autónoma, mais eficaz, podendo responder às muitas competências que a Junta de Freguesia tem e que, atendendo ao contexto atual, não as pode concretizar. A tão falada reforma administrativa no Poder Local, assumida e concretizada pelo anterior Governo, não foi mais que a junção ou, se quiserem, a redução do número efetivo de Freguesias e que em nada veio beneficiar as Freguesias, em particular a Freguesia do nosso Odiáxere. A Freguesia do Odiáxere, como tantas outras, predominantemente rural, acaba por ser uma vítima de todo este processo iniciado em 2013 atendendo às competências que atribuiu às Freguesias sem a contrapartida financeira exigida para as concretizar. Não querendo, de forma alguma, lamentar-me em demasia de uma realidade conhecida entre nós, Junta e Assembleia de Freguesia, nunca é demais deixar aqui nesta casa, mais um apelo mas, acima de tudo uma chamada de atenção para esta realidade que, por muito que se alerte, o Governo Central tarda em resolver. Esta é a hora de dar o devido valor às Freguesias, às suas populações, acima de tudo ao Poder Autárquico de Proximidade. No seguimento daquilo que aqui citei e daquilo que nos trás aqui hoje, o Odiáxere sempre se diferenciou por isso mesmo. Mesmo nas adversidades, constantes, fazer mais e melhor, fazer muito com pouco, sempre foi a sua prioridade fruto das suas gentes dedicadas. Este executivo tem-se esforçado por não se desviar dessa linha condutora. A persistência está no nosso ADN e exemplo disso são as nossas coletividades que, como costume dizer, como âncoras de coesão social, desempenharam e continuam a desempenhar um papel fulcral no quotidiano da nossa Freguesia. Como excelente exemplo temos o Clube Desportivo de Odiáxere, onde nos encontramos, que desempenha um papel muito importante a nível não só desportivo, mas também social, o Rancho Folclórico e Etnográfico de Odiáxere, como representante máximo e único da etnografia, danças e costumes da nossa região, mais propriamente das Terras do Infante. O Cantinho Solidário que tem desempenhado um papel louvável na ajuda a dezenas de famílias carenciadas e que tem sido o “braço direito” da Junta de Freguesia no apoio social, não esquecendo as restantes coletividades como o Clube Columbófilo de Odiáxere, O Amigos de Arão TT, assim como a Paróquia de Odiáxere. Muito se tem feito, essencialmente, na Ação Social sempre com o apoio incondicional da Câmara Municipal num campo em que, havendo uma melhoria notória, muito ainda falta fazer para colmatar as muitas dificuldades da população frágil e idosa. O nosso foco tem sido muito virado para essa população idosa que tanta atenção precisa e que, tendo o Odiáxere uma população envelhecida e carente, faz todo o sentido. Entre muitas dessas iniciativas podemos salientar as excursões que foram feitas e que também direcionadas para os menos jovens, abrem os seus horizontes e conhecimento. Os eventos que já são apanágio e que fazem parte da nossa identidade, como a Carnaval organizado pelo



Clube Desportivo de Odiáxere com o apoio da Junta de Freguesia. O 25 de Abril onde é sempre lembrado esse marco na nossa história. O dia da Vila, dia 1 de Julho, onde se celebra a elevação de Odiáxere a Vila. O Festival de Folclore organizado pelo Rancho Folclórico de Etnográfico, que muito nos orgulha, trazendo gentes de todo o país e que a Junta de Freguesia apoia incondicionalmente. O apoio às Festas da Paróquia no início de Setembro assim como o rali de Odiáxere que de há três anos passou a fazer parte do calendário de eventos. O Natal que é celebrado, por norma, com um almoço solidário abrangendo mais de cem pessoas e que reflete o verdadeiro espírito natalício, entre outros eventos avulsos que vão surgindo e que fazem do nosso Odiáxere motivo de orgulho. No que diz respeito ao dia-a-dia, e como já tive a oportunidade de salientar no passado, o manter o existente não tem sido de toda tarefa fácil. Passados os tempos auspiciosos, os tempos atuais, mais propriamente desde o início do mandato em 2013, atendendo a todo o contexto socioeconómico, foi a altura de nos virarmos mais para as pessoas fazendo menos obra. No entanto isso não invalidou que se concretizasse uma obra, há muito necessária e ansiada pelos Odiáxerenses. A estrada municipal 534, mais conhecida pela estrada do Vale da Lama foi finalmente requalificada atendendo à sua necessidade cada vez mais evidente e que, em boa hora, a Câmara Municipal, determinou como prioritária atendendo aos pedidos da Junta de Freguesia. Assim como algumas reparações da rede viária e arruamentos, não posso deixar de referenciar também a primeira fase de requalificação de ruas da nossa Vila, há muito necessitada, esperando muito em breve o seguimento para uma segunda fase para que mais ruas possam ter outras condições mais dignas. É justo dizer que a Câmara Municipal, dentro do possível, tem respondido às mais urgentes necessidades da Freguesia não deixando, no entanto, de ser preciso fazer mais e melhor, em prol da nossa Freguesia do Odiáxere. Enfim, não me querendo alongar mais, para já, quero apenas deixar mais um repto agradecendo, em primeira instância, aos Odiáxerenses, principalmente aos presentes aqui hoje, por fazerem do Odiáxere um motivo de orgulho. Depois agradecer à Câmara Municipal e na pessoa da Sra. Presidente, o apoio que nos tem dado neste desafio e batalha constante, diária, num mandato exigente, mas deveras gratificante. Finalmente não posso deixar de agradecer aos membros da Assembleia Municipal o facto de terem reconhecido, ao longo deste mandato, o papel importantíssimo das Juntas de Freguesia junto das populações e, especialmente, à Freguesia do Odiáxere. Para já é tudo, estou ao vosso dispor para qualquer questão que queiram colocar.”-----

-----O Sr. José Jácome (LCF) disse que a Vila de Odiáxere não é servida pela EN 125, é sim cortada por esta via, pelo que a grande questão é até quando é que se vai esperar pela construção da variante de Odiáxere. Referiu que a variante já existe e chama-se Via do Infante, só que essa variante tem que ser paga e isso é que não está correto, ou seja, até que fosse construída a denominada variante a Odiáxere, não se devia pagar portagens na Via do Infante, no troço que pode ser utilizado como variante a Odiáxere. Afirmou que quem tomou a decisão de colocar portagens na Via do Infante tem as mãos sujas de sangue. Disse que a Freguesia de Odiáxere tem muitos e bons terrenos agrícolas que deviam ser melhor aproveitados.-----



Fl. 11v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE  
LAGOS

-----O Sr. Fernando Marreiros (PSD) disse que a parte urbana da Freguesia de Odiáxere está organizada, no entanto a parte rural tem alguns problemas a nível dos acessos e da sinalética. Referiu que o Plano de Urbanização Odiáxere, deixou de ser falado, sendo da opinião de que deveria ser retomado tal Plano. Disse que a Barragem da Bravura está desaproveitada e muito podia ser feito para tirar usufruto da mesma, especialmente em atividades relacionadas com o turismo.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que a Barragem da Bravura tem como objetivo servir o regadio, no entanto esse aproveitamento é pequeno, por isso o assunto da agricultora tem que ser repensado em Odiáxere. Referiu existir um Museu particular na Freguesia de Odiáxere, denominado de Museu da Ramada, o qual é constituído por alfaías e saberes agrícolas, pelo que a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Odiáxere, deviam acarinha este projeto.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (IND) deu os parabéns ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere, pela sua intervenção inicial. Disse que os problemas financeiros das Juntas de Freguesia, em especial das denominadas de rurais, são a principal preocupação dos seus Presidentes, no entanto tem a consciência que a Câmara Municipal de Lagos tudo tem feito para minimizar tais preocupações. Sobre a Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, disse que é um assunto que há já muito que vem a ser falado, mas nunca foi concretizado, infelizmente. Terminou dizendo o seguinte: “Odiáxere é uma bonita Vila pertencente ao maravilhoso Concelho de Lagos, em pleno Barlavento algarvio rodeada de uma grande beleza natural. Esta é uma região da antiga ocupação humana, existindo vestígios arqueológicos da idade do bronze, pensando-se que terá sido posteriormente habitada por mouros, uma vez que “odi” significa rio que poderia derivar das frescas águas da sua ribeira de Odiáxere. Odiáxere orgulha-se do seu património social, natural e arquitetónico, com uma Igreja Matriz de origem mourisca, uma ponte muito antiga, que é popularmente apelidada de romana, um interessante moinho de vento, do século XIX, que também serviu de funções defensivas e onde tem lugar, mensalmente, a feira agrícola de Odiáxere. A nível natural importa destacar a vizinha albufeira da Barragem da Bravura, que proporciona boas condições para o desporto e para o lazer, com a fantástica Ria de Alvor situada entre o mar e o estuário do Rio Arade, dona de paisagens deslumbrantes e habitat de numerosas espécies, pelo que Odiáxere tem um território riquíssimo e diverso.”-----

-----O Sr. Carlos Glória disse o seguinte: “Lagos Com Futuro congratula-se pela realização da presente Assembleia na Vila de Odiáxere, é salutar a descentralização destas reuniões, criando uma aproximação dos políticos aos seus eleitores. Vila desde 1 de julho de 2003, Odiáxere tem vindo a registar um aumento populacional que, apesar de pouco acentuado, tem sido contínuo podendo-se considerar sustentado, requerendo da administração Local uma atenção crescente. A visita cuidada que LCF efetuou à localidade resultou numa recolha de informações que retratam, aos nossos olhos, a situação da Vila. A Norte, no trajeto da Barragem da Bravura, com um acesso viário em bom estado, verifica-se alguma atividade rural, a pecuária apresenta dinamismo e, aparentemente, demonstra organização, levando a admitir que é uma atividade com continuidade. A atividade vinícola é um dos cartões de visita do



momento, sendo de Monte do Além cujo vinho Monte do Além Regional Algarve Petit Verdot tinto 2009 foi considerado o melhor Vinho do Algarve nas classificações obtidas nas provas da Revista de Vinhos durante 2012. O desenvolvimento destes negócios dará mais visibilidade e criará mais emprego, contribuindo para o crescimento da Vila e a melhoria das condições de vida. O Turismo Rural poderá ser uma mais valia, a tranquilidade e a paisagem são um convite a este tipo de Alojamento, pelo que é uma vertente a explorar. Ainda na freguesia existe o que definimos como dois dos ex-libris da Vila, a Barragem da Bravura e a Ria e Alvor, com uma paisagem deslumbrante que cativa qualquer um, dispõe de capacidades enúmeras de aproveitamento, sendo certamente um desafio para um desenvolvimento sustentado de Odiáxere. Certamente que era com agrado que a construção da variante de Odiáxere acontecesse para bem dos habitantes e pela comodidade que traria aos viajantes, com reflexo na segurança a qual deve ser colocada em primeiro lugar. Sem dúvida que deve fazer parte urgente da agenda política em Lagos a pressão negocial necessária para que tal se concretize, vinculando promessas já feitas por diversos governos. O esforço do Sr. Presidente da Junta apresenta-se visível no que concerne à limpeza das ruas, no bom estado dos equipamentos, como Parques infantis, a preservação do Clube de Odiáxere, o contacto com as pessoas (conforme informação de residentes). A situação financeira com que se debatem as Freguesias é por demais conhecida não sendo fácil a gestão das mesmas, os autarcas, por muita competência e boa vontade deparam-se com dificuldades várias para prosseguirem com os seus desejos, isto é, manifesto em Odiáxere. Apesar conscientes das dificuldades, não queremos deixar passar a oportunidade de divulgar que em termos de prioridades Odiáxere necessita de melhorar as ruas, principalmente as centrais onde existe degradação evidente. A nível de equipamentos ligados à limpeza verificam-se contentores em mau estado, principalmente com falta de tampas, também aqui constatámos que existe lixo por recolher. Notámos também que em algumas paragens da Onda as mesmas se encontram com necessidade de limpeza da vegetação que cresce em seu redor, bem como limpeza do lixo que, talvez munícipes menos cuidadosos, depositam em sítios errados. Ao subir para a Barragem da Bravura deparamo-nos com o que parece ser território estrangeiro no topo da mesma, sugerimos que se solicite ao proprietário que coloque uma bandeira portuguesa e que traduza as informações que se encontram em língua estrangeira para português de acordo com a lei. Como nota final recomendamos que se retifique esta sinalização de forma a que sinalize a Vila correta.”-----

-----O Sr. José Santos (BE) começou por felicitar o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere, por ter recebido tão bem a Assembleia Municipal. Em relação à variante de Odiáxere e às portagens na Via do Infante disse que o Bloco de Esquerda tinha apresentado uma proposta para o Orçamento do Estado no sentido serem eliminadas as portagens na Via do Infante, a qual foi rejeitada, mais uma vez, com os votos contra do PS, abstenção do PSD e CDS, sendo que a abstenção permitiu o chumbo, e votos a favor do Bloco de Esquerda e do PCP, numa altura em que a EN 125 voltou a ser considerada a estrada mais perigosa do País.-----



Fl. 12v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

-----A Sra. Ana Paula Viana (CDU) disse que duas situações importantes para a Freguesia de Odiáxere, que se arrastam no tempo são o Plano de Urbanização de Odiáxere e a construção da variante à EN 125. Referiu que os cortes de energia elétrica é frequente em Odiáxere, o que trás transtornos à população. Disse existir a necessidade de colocar passadeiras para peões na EN 125, como por exemplo junto à Urbanização Varandas de São Francisco. Mencionou a deficiência de recolha dos RSU, a falta de limpeza junto aos contentores, bem como a deficiente recolha de recicláveis por parte da ALGAR. Disse que recentemente tinham sido pavimentadas algumas artérias da Vila de Odiáxere, no entanto as infraestruturas enterradas não tinham sofrido qualquer tipo de intervenção, na altura, tendo-se verificado algumas roturas, depois da repavimentação de algumas artérias o que levou a ter que serem abertas valas em ruas recentemente repavimentadas, pelo que perguntou sobre o critério seguido para repavimentar as artérias em causa e para quando a repavimentação de outras artérias de Odiáxere, que se encontravam em mau estado. Referiu haver a necessidade de limpar bermas, e valas, assim como de cortar árvores que prejudicavam as viaturas. Disse que há já muitos anos que era falado um novo acesso à Barragem da Bravura, mas nada tem sido feito nada nesse sentido. Referiu que a ponte romana se encontra em mau estado de conservação e sem qualquer classificação de interesse municipal e o pontão romano estava em ruínas. Pergunto sobre o ponto de situação do pontão do Vale da Lama. Disse ser urgente o reforço do número de médicos para a extensão do Centro de Saúde de Lagos, em Odiáxere.-

-----O Sr. Duarte Rio (PS) (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João) disse que a Barragem da Bravura está situada na Freguesia da União de Freguesias de Bensafrim e Barão de São João. Sobre os desafios lançados relacionados com a Barragem da Bravura, disse que todos querem polos de desenvolvimento para as Freguesias, no entanto, é necessário ter algum cuidado com as condicionantes da barragem em causa. Acrescentou que a barragem tinha duas vertentes, a do abastecimento de água e da rega e isso condiciona a possibilidade de qualquer prática desportiva.-----

-----O Sr. Fernando Marreiro (PSD) disse que a Barragem da Bravura está localizada em território pertencente à Freguesia da União de Freguesias de Bensafrim e Barão de São João, mas é conhecida, a nível nacional, pela Barragem de Odiáxere. Referiu que é o Plano de Ordenamento da Barragem da Bravura que menciona as oportunidades de turismo relacionadas com a barragem. Aproveitou para perguntar, ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Bensafrim e Barão de São João, o que pensava relativamente à opinião da Almargem sobre a Via Algarviana na sua Freguesia.-----

-----O Sr. Carlos Fonseca (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere) disse que a Junta de Freguesia de Odiáxere estava a favor de uma alternativa à EN 125 e da construção da variante sul de Odiáxere, no entanto qualquer solução para retirar trânsito da Vila de Odiáxere, trará impacto económico, negativo, para Odiáxere, no entanto a segurança deverá estar acima de tudo. Reconheceu o valor dos terrenos agrícolas, existentes na Freguesia de Odiáxere e a importância do regadio que está relacionado com a Barragem da Bravura. Sobre a sinalética disse que têm sido





realizados contactos com a Câmara Municipal no sentido de ser feito um melhoramento na mesma. Referindo-se ao Plano de Urbanização de Odiáxere disse que o assunto tem pontos comuns com a Variante do Odiáxere, ou seja, é repetidamente falado, mas não é concretizado. Disse que a Barragem da Bravura não é a barragem do Odiáxere nem de Bensafrim, é sim a barragem existente no Concelho de Lagos, que tem um potencial enorme, tendo informado que estava a tratar, pessoalmente, de trazer uma prova desportiva para a Barragem da Bravura, uma vez que a mesma tinha condições fantásticas para tal. Ainda sobre a variante sul da EN 125, disse que a mesma iria beneficiar toda a zona da Meia Praia. Referiu que o Museu da Ramada tem um espólio fantástico, no entanto não existe um espaço disponível para o mesmo, em Odiáxere, uma vez que o local ideal seria junto ao moinho que também poderia ser mais uma atração turística. Informou que a escola Básica do 1.º Ciclo de Odiáxere já tinha aquecimento em todas as salas. Sobre o lixo, disse que é um problema do dia-a-dia, havendo uma grande falta de civismo. Agradeceu as palavras, simpáticas, proferidas pelo Sr. José Alberto Baptista. Sobre a pecuária disse que tem instigado privados a investirem em Odiáxere. Referiu que a atividade vitivinícola está a desenvolver-se em Odiáxere, o que era bom. Sobre a ponte romana disse que a mesma está classificada como de interesse municipal. Disse que o reforço de médicos para a extensão do Centro de Saúde, em Odiáxere, tem sido uma reivindicação constante.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, disse que era sempre com muito gosto que se deslocava às Freguesias rurais. Referiu que há assuntos que são recorrentes, na Freguesia de Odiáxere, como é a questão da variante de Odiáxere, no entanto, e infelizmente, a mesma não se concretizou, pelo que é importante que se continue a reivindicar a construção da mesma. Disse que outro assunto que tem que voltar para cima da mesa é o Plano de Urbanização de Odiáxere, assim como o Plano de Ordenamento da Barragem da Bravura. Referiu que apesar de tudo, Odiáxere cresceu e desenvolveu-se, nos últimos anos, sendo isso fruto da resiliência característica dos habitantes de Odiáxere e das associações existentes na Freguesia. Disse que as dificuldades financeiras sentidas, de um modo geral, por todos os Presidentes das Juntas de Freguesia da área do Município, vão ser colmatadas através de um aditamento ao acordo de execução celebrado com as Juntas de Freguesia, sendo esse o próximo Ponto da Ordem do Dia da presente Sessão da Assembleia Municipal a ser tratado. Sobre obras na Freguesia de Odiáxere, disse que algumas já foram concretizadas, mas outras são necessárias e serão realizadas, tendo elencado algumas. Disse que o espólio conhecido como Museu da Ramada, está a ser acompanhado pela Câmara Municipal, sendo que o maior problema é a existência de um espaço em Odiáxere para o mesmo. Terminou dizendo que muito foi feito em Odiáxere, mas muito mais ainda estava por fazer, pelo que a Câmara Municipal, em conjunto com a Junta de Freguesia de Odiáxere, está a trabalhar para que a Vila de Odiáxere esteja cada vez mais desenvolvida.-----

-----O Sr. Vereador da Câmara Municipal de Lagos, Paulo Jorge Reis, informou que o conjunto de ruas que foram pavimentadas, no Concelho, foram as identificadas como as mais necessitadas de tal intervenção, no entanto existem outras artérias que



Fl. 13v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

irão sofrer melhoramentos, numa segunda fase, assim como estava previsto um outro conjunto de obras a realizar na Freguesia de Odiáxere.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), anunciou uma proposta de inclusão de um Ponto, por parte do Grupo Municipal LCF, na Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, a qual tinha sido aceite pelo Grupo Municipal proponente, com a seguinte redação: “Que até ser aberta à circulação uma nova variante, gratuita, à travessia da Vila de Odiáxere, ser permitida a utilização gratuita do troço da Via do Infante, desde a E.N. 120 (à entrada de Bensafrim) até ao acesso à rotunda a poente da Mexilhoeira Grande, desativando-se o pórtico correspondente”, passado este Ponto a ser o Ponto 2 da parte deliberativa do documento, passando o Ponto 2 da Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU a Ponto 3.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que o Grupo Municipal da CDU tinha aceite o proposto pelo Grupo Municipal LCF e sugeriu que a votação fosse feita Ponto por Ponto.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (IND) disse que na sua opinião o mais correto seria votar a Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU e depois a proposta de inclusão de um Ponto, apresentada pelo Grupo Municipal LCF.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) disse que iria ser realizada a votação do Ponto 1 e do novo Ponto 2 da Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, em votações separadas.-----

-----Posto isto passou-se à votação do Ponto 1 da Moção, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

-----Seguidamente foi colocado à votação o Ponto 2 da Moção, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

### -----**DELIBERAÇÃO N.º 11/AM/2017:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a seguinte Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “A variante do Odiáxere à E.N. 125, há longos anos que tem vindo a ser reivindicada pelas populações e pelos eleitos locais da Freguesia de Odiáxere e do Município e consta do Plano Diretor Municipal desde 1994. Mais uma vez, depois de várias décadas, de lutas e expetativas criadas aos Órgãos do Município e às populações a variante de Odiáxere fica de fora na obra de requalificação da E.N. 125. Em 16 de março de 2008 foi apresentado o Projeto de Requalificação da Estrada Nacional 125, e a Vila de Odiáxere e o Município de Lagos ficaram, mais uma vez, penalizados pela não inclusão da variante de Odiáxere no projeto apresentado pelo Governo. Em 2010 foi aprovado integrar novas obras entre as quais a variante de Odiáxere na empreitada da requalificação da E.N. 125. Esteve em consulta pública até 3 de janeiro de 2012, o estudo da Variante de Odiáxere, promovida pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA). Em 2012 os Órgãos municipais manifestaram o seu repúdio, pela decisão do Governo de retirar da obra de requalificação da E.N. 125, a construção da Variante do Odiáxere. Em novembro de 2016, mais uma vez a Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade, uma proposta da CDU da qual se transcreve: “... recomendando ao Governo que: 2 – Incumba a empresa Infraestruturas de Portugal, S.A., que deve ser dotada dos meios



adequados, de proceder ao lançamento e rápida conclusão de todas as obras inicialmente previstas para a E.N. 125, incluindo as variantes, nomeadamente a de Odiáxere, e as estradas de acesso/ligação, que não estão abrangidas pela subconcessão Algarve Litoral. ...”. Após a interrupção das obras de requalificação da E.N. 125 desde de 30 de junho de 2016, foi anunciado o seu reinício em 12 de janeiro de 2017, em Lagos, com a presença do Ministro do Planeamento e das Infraestruturas. Mais uma vez a Variante do Odiáxere não foi contemplada na renegociação que levou ao reinício das referidas obras na E.N. 125. A Assembleia Municipal, reunida em Odiáxere, não podia ficar indiferente à reivindicação pela construção da Variante do Odiáxere que já dura há décadas, pelo que os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida em 21 de fevereiro de 2017, mais uma vez, delibere exigir do Governo: 1 - A inclusão, com carácter de urgência, da construção da Variante do Odiáxere nas obras de requalificação da E.N. 125; 2 – Que até ser aberta à circulação uma nova variante, gratuita, à travessia da Vila de Odiáxere, ser permitida a utilização gratuita do troço da Via do Infante, desde a E.N. 120 (à entrada de Bensafrim) até ao acesso à rotunda a poente da Mexilhoeira Grande, desativando-se o pórtico correspondente; 3 - Dar conhecimento desta deliberação à Presidência da República, à Assembleia da República, ao Governo e aos órgãos de Comunicação Social.”-----

-----Declaração de Voto efetuada pelo Sr. Rui Araújo (PSD): “Relativamente ao primeiro Ponto que foi votado, nós votamos a favor pelos vários motivos que até foram falados pelo Presidente da Junta, mas também queremos lembrar que existe também um risco de, ao fazer a circular, muito do comércio que existe ao longo da 125, poder cair. Lembramos, por exemplo, na Vila de Bensafrim, que após a construção, não só por isso, mas também após o nó da Via do Infante passar para norte da Freguesia, acabou por ser mais um fator que veio agravar a já crise existente na Vila. E em relação ao Ponto 2, nós votamos a favor e aceitamos que seja uma situação transitória, portanto não se pagar neste pórtico, mas nós defendemos que, e o PSD Lagos tem defendido sempre, que não se pague, definitivamente, na Via do Infante, por vários motivos que foram falados noutras reuniões.”-----

-----**PONTO 2 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA REFERENTE A ADITAMENTO AOS ACORDOS DE EXECUÇÃO CELEBRADOS ENTRE O MUNICÍPIO DE LAGOS E AS FREGUESIAS DO CONCELHO:** Foi dispensada a leitura da documentação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-586-25.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, fez a respetiva introdução ao assunto.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (IND) disse sentir-se congratulado com a decisão da Câmara Municipal em reforçar o apoio financeiro às Juntas de Freguesia e referiu que aquando da discussão do Plano e Orçamento da Câmara Municipal para o ano de 2017, tinha proposto um reforço de verba para esta situação e isso deu os frutos que estavam espelhados no Ponto em apreciação.-----



Fl. 14v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

-----O Sr. Duarte Rio (PS) (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João) agradeceu a atenção demonstrada pelo atual Executivo camarário, relativamente às dificuldades financeiras das Juntas de Freguesia.-----

-----O Sr. Carlos Fonseca (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere) disse que este reforço nos acordos de execução era um grande balão de oxigénio para as Juntas de Freguesia, pelo que deixou uma palavra de apreço à Câmara Municipal e elogiou o trabalho realizado pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, a nível do saneamento financeiro que o mesmo tem desenvolvido na Autarquia que leva a que este reforço seja possível. Agradeceu ainda ao Sr. José Alberto Baptista, por este estar sempre ao lado das Freguesias.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) felicitou o Órgão Deliberativo pela proposta apresentada pela Câmara Municipal.-----

-----O Sr. Carlos Saúde (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos) disse que o reforço financeiro proposto era um balão de oxigénio para todas as Freguesias do Concelho, pelo que agradeceu o mesmo ao Executivo camarário e à Assembleia Municipal.-----

-----O Sr. Fernando Marreiros (PSD) disse que o Grupo Municipal do PSD concordava com tudo o que já tinha sido dito em relação ao Ponto em apreciação, tendo acrescentando que tudo o que fosse para reforçar a gestão financeira das Freguesias contaria com o apoio do Grupo Municipal do PSD.-----

-----O Sr. José Jácome (LCF) disse que a descentralização é feita com pequenos passos e o proposto pela Câmara Municipal é mais um bom passo dado.-----

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, disse que os agradecimentos deviam ser direcionados aos Órgãos das Freguesias, sendo esta proposta de aditamento aos acordos de execução prova do excelente trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelas Juntas de Freguesia.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da **PROPOSTA REFERENTE A ADITAMENTO AOS ACORDOS DE EXECUÇÃO CELEBRADOS ENTRE O MUNICÍPIO DE LAGOS E AS FREGUESIAS DO CONCELHO.**-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 12/AM/2017:**-----

---**Deliberado**, por unanimidade, aprovar o reforço para 2017 de 25 000,000€ (vinte e cinco mil euros) para cada Junta de Freguesia, no âmbito dos acordos de execução celebrados entre o Município de Lagos e as Freguesias do Concelho, nos termos da alínea m) do n.º 1 do Artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, e conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 18 de janeiro de 2017.-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA:** De seguida foi aprovada, por unanimidade, a minuta de todas as deliberações tomadas pela Assembleia Municipal no decurso da presente Reunião.-----

-----**FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Em todas as deliberações tomadas no decorrer da presente Reunião, foi utilizada a forma de votação por braço levantado e por Grupo Municipal representado na Assembleia.-----

-----**ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** Assim o Sr. Presidente da Mesa, Paulo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE  
LAGOS

Fl. 15

Morgado (PS), após consulta à Assembleia, declarou interrompida a Sessão, para continuação no dia 1 de março de 2017, às 20.30 horas, hora regimental, no Salão Nobre do Edifício dos Antigos Paços do Concelho, no Ponto 3 da Ordem do Dia, tendo, eram 0 horas e 12 minutos, da madrugada do dia 22 de fevereiro de 2017, declarado encerrada esta Reunião.-----

-----Da qual, para constar, foi extraída a presente Ata que eu, Ana Margarida de Passos Águas Bento e Barros Martins, Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, mandei lavrar, subscrevi e assino juntamente com o seu Presidente, Sr. Paulo José Dias Morgado.-----

.....

.....

-----